



## **ECONOMIA E POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE OS GOVERNOS VARGAS, JK E JOÃO GOULART<sup>1</sup>**

Fernanda Melchionna e Silva  
Marcus Vinicius Martins Vianna<sup>2</sup>

### **Introdução**

O artigo pretende discutir as características gerais do processo de industrialização do Brasil no segundo governo de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart, traçando um paralelo entre as políticas desenvolvimentistas, as forças políticas envolvidas e a atuação do movimento de trabalhadores em cada época.

Esta análise busca estabelecer uma correspondência entre os traços marcantes do desenvolvimento econômico com as suas representações políticas, pois os interesses econômicos das classes sociais estão umbilicalmente ligados à situação da luta política, seja na disposição de organização dos trabalhadores para reivindicar salários, seja na disposição de uma fração da burguesia nacional em dar um golpe de estado para garantir interesses econômicos.

Desta forma, analisar o desenvolvimento do capitalismo do Brasil, sem analisar a acumulação de capital existente, a correlação de forças, a disposição de luta, seria fazer uma análise economicista, incompleta e, portanto, pouco explicativa.

Ademais, estudar a concretização da segunda fase de industrialização, tardia no Brasil, sem considerar os aspectos vinculados à dependência externa, ao capital estatal, posteriormente ao capital monopolista nacional e pós-1956 ao capital multinacional, seria pecar em não considerar as frações inter-burguesas e seus interesses políticos e econômicos em cada período.

### **Contexto Internacional: Afinal, o Brasil Não é uma Ilha**

O início da década de 1960 para o Brasil e América Latina foi um período de transição de todo um modo de estabelecer as relações sociais e políticas, tanto do ponto de

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como pré-requisito para conclusão parcial da cadeira de Economia I ministrada pelo Professor Luiz Dário Teixeira Ribeiro do Curso de Especialização em História do Brasil Contemporâneo das Faculdades Porto-Alegrenses.

<sup>2</sup> Fernanda Melchionna e Silva (fernandamelchionna@yahoo.com.br) e Marcus Vinicius Martins Vianna (viannamarcus@yahoo.com.br)

vista interno de cada país, como do ponto de vista das relações entre os países periféricos do sistema capitalista e o centro do imperialismo, os EUA.

Os anos 1950 que para muitos foram os anos dourados do pós-guerra deixaram também como marcas uma série de exemplos pelo mundo de lutas dos países periféricos por suas independências políticas e com isso uma perspectiva antiimperialista. Podemos citar como exemplo a China e sua Revolução, a independência Argelina e as lutas dos povos do sudeste asiático, como o povo vietnamita e sua luta pela expulsão dos franceses. Esses processos políticos de fato foram o quente de uma década que também ficou conhecida pela conformação do cenário da Guerra Fria, disputa da hegemonia política mundial entre o centro imperialista, os EUA, e os estados operários burocratizados liderados pela União Soviética.

Na América Latina havia ficado para trás nos anos 1950 tanto a Revolução Boliviana, como o processo nacionalista radical da Guatemala; em ambos os EUA atuou politicamente e sobre diferentes formas manteve sua influência política e econômica. Mas isso não apaga a radicalização política que levou os operários e camponeses destes países a protagonizarem, junto com elementos da classe média, lutas que representavam um projeto nacional, independente do imperialismo, e também um contato com as idéias socialistas, sobretudo, no caso boliviano.

Mas se tivemos esses casos de Revoluções “esquecidas” (Bolívia e Guatemala) a Revolução Cubana não deixou os noticiários até hoje, depois de 50 anos. Este caso revolucionário gerou uma nova situação política para toda a América Latina e assim também para o Brasil, o governo dos EUA tinha que conviver com um governo revolucionário na região antes hegemônica apenas por este. Do ponto de vista geopolítico era necessário que a luta de classes latino-americanas não resultassem em mais governos revolucionários. É com esse cenário internacional que João Goulart assume a presidência do Brasil.

O regime democrático burguês originado em 1946, após a queda de Vargas, passou por uma evolução em que existiu além dos partidos tradicionais da classe dominante: a UDN (União Democrática Nacional) e PSD (Partido Social Democrático), o PTB. Este tornou-se de um agrupamento político formado com a benção e participação de Vargas e seus companheiros populistas em um partido que buscava ser a representação política dos trabalhadores urbanos e de seus sindicatos.

A democracia não passou no teste de um momento em que existiu de fato uma disputa de projeto de país e de que classe hegemônica este projeto.

Para Vizontini (2003, p 195) a disputa do projeto de nação era presente no Brasil desde o fim do Estado Novo entre dois projetos: os entreguistas e os nacionalistas. Os

nacionalistas buscavam o desenvolvimento industrial brasileiro com certa autonomia do imperialismo norte-americano, enquanto os segundos eram adeptos dos preceitos do liberalismo econômico, defendendo a participação brasileira no mercado mundial com eixo na agricultura além de defender a política de segurança preconizada pelos EUA durante a Guerra Fria.

A eleição do conservador Jânio Quadros para presidência e do trabalhista João Goulart para a vice-presidência em 1960 era parte desta contradição. Apesar de no campo da política interna Quadros adotar uma política conservadora em consonância com o Fundo Monetário Internacional, lança do ponto de vista internacional, a PEI – Política Externa Independente, ou seja, uma política externa relativamente independente dos EUA, com críticas ao imperialismo, relações econômicas com Cuba e alguns países do leste europeu. Durante curto período, a classe dominante tolerou esta política titubeante, porém após alguns meses as disputas políticas internas se tornam insustentáveis. Para Moniz Bandeira (1978) Quadros pensou achar uma grande solução: envia o vice-presidente para uma missão na República Popular da China e renuncia, pensando que haverá um clamor para seu retorno a presidência com ampliação de seus direitos políticos em função do temor da presidência ser assumida por João Goulart, claramente identificado como não confiável do ponto de vista burguês.

Entretanto, Jânio Quadros se enganou, pois a classe dominante brasileira não só não clamou pelo seu retorno como conseguiu instituir o parlamentarismo (tendo como primeiro ministro Tancredo Neves) no Congresso para que João Goulart não assumisse os plenos poderes políticos de presidente do país. Todavia mesmo com o enfraquecimento do governo diante da pouca autonomia política para tomada de decisão, San Tiago Dantas, ministro das relações exteriores, segue desenvolvendo e aprofundando a política externa independente. Fato que assusta os EUA. Ainda mais diante da radicalização da revolução cubana e diante do aumento das lutas dos trabalhadores e camponeses como resposta a crise econômica que em 1962 atinge em cheio o país.

### **Governo Getúlio Vargas (1951-1954): Nacionalismo Conveniente**

Apesar das políticas de industrialização por substituição de importações aplicada a partir de 1930, período do pós-guerra, a demanda de importações da economia brasileira se agrava. Para Singer (1984) este fenômeno se explica em função da necessidade de importação, ou de tecnologia ou de matérias-primas, para modernização da indústria brasileira e pela inserção de milhões de brasileiros nos padrões de consumo moderno. Com relação às exportações, verifica-se a pouca demanda por produtos brasileiros no mercado

mundial, fruto do baixo número de artigos ofertados. “Impunha-se desta maneira a substituição de importações como condição básica para a continuidade do processo de industrialização” (Singer, 1984, p. 233).

Deste modo, o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) dará início à segunda fase do processo de industrialização brasileira, com intuito de produzir bens de consumo duráveis. Como aponta Brum (1991, p. 89), esta fase permitiria a estruturação do mercado nacional, possibilitando a produção em larga escala com tecnologia de ponta e escoamento da produção em todo o país. Entretanto para atingir estes objetivos era necessário investir no “aperfeiçoamento da infra-estrutura, principalmente da energia, para aumentar a capacidade da produção, das comunicações para agilizar os contatos e as decisões, e dos transportes, para colocar os produtores no centro do consumo e a matéria-prima nos centros produtores”.

Para a realização do projeto de desenvolvimento nacionalista era central a atuação do Estado como impulsionador da economia. Na ausência de uma burguesia nacional com capital acumulado suficiente para impulsionar tal empresa, combinada à ainda pouca atratividade da economia brasileira para investimentos do capital externo na produção, a utilização do capital nacional, incrementado pelo endividamento externo e pela criação de órgãos de crédito, fez-se necessária. Nesta direção, foram criados dois órgãos governamentais importantes, como relata Boris Fausto (2006, p. 170) : “O planejamento, numa perspectiva nacionalista, ficou nas mãos de um novo órgão, a Assessoria Econômica, diretamente vinculada à Presidência, sob a chefia de Rômulo de Almeida. Em fevereiro de 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BDNE) – mais tarde BNDES...”

Também importante para a política econômica de Getúlio Vargas foi a elaboração pelo Ministério da Fazenda, dirigido por Horácio Lafer, de um plano econômico que abarcava uma série de projetos para a modernização da indústria de base e da infraestrutura do país. Existiam projetos para a criação de novas fontes de energia elétrica, a expansão da indústria de base, a modernização dos transportes, a ampliação dos serviços portuários e a introdução de novas técnicas na agricultura.

O projeto de criação da Petrobrás foi enviado ao congresso em 1951 e foi aprovado apenas em 1953. Para pensarmos a forma como se encaminhava o tipo de desenvolvimento nacionalista de Getúlio Vargas este projeto é chave. O projeto original do Governo não previa o monopólio estatal do petróleo, contrastando com a campanha do “Petróleo é nosso”. Foi apresentado em meio a um período de inflação e depois de intensas mobilizações populares obrigando mesmo a UDN a defender a necessidade do controle

estatal do petróleo. Esse cenário determinou o projeto final de criação da Petrobrás. Na esteira do processo de industrialização e respondendo às necessidades energéticas, surgiu a necessidade de criação da Eletrobrás, ainda que só tenha se efetivado no governo João Goulart em 1961.

No entanto, o processo de controle dos recursos energéticos por parte do Estado e a propaganda de uma nova “identidade nacional” não se explica sem a análise da relação de Vargas com os trabalhadores. Podemos apontar que estes, de fato, faziam parte do leque de apoio do governo. Em parte, isso se deve ao peso do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nos trabalhadores urbanos, fruto das “concessões” de Vargas durante o Estado Novo e a cooptação da principal Central Sindical do período, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Através do Ministério do Trabalho – inicialmente através da figura de Danton Coelho, e depois por João Goulart – foi encaminhada uma política de fortalecimento dos sindicatos, através de campanhas de sindicalização em massa dos trabalhadores nessas entidades. Houve neste período uma política de aumento do salário mínimo por parte do governo. Todavia, isto não impediu que ocorressem inúmeras greves nas quais o Ministério do Trabalho buscava intermediação.

O regime político de Vargas foi marcado pela coalizão hegemônica pelos setores conservadores da sociedade, representados pelo Partido Social Democrático (PSD), que ocupava a maioria dos ministérios, enquanto o PTB ocupava apenas com o Ministério do Trabalho. Evidenciando a posição subordinada da classe trabalhadora na composição do governo Vargas.

O maior partido de oposição era a União Democrática Nacional (UDN), que sustentava uma política direitista radical, marcada por contornos golpistas. Outro fato político deste período foi a crescente polarização ideológica nas Forças Armadas, com o surgimento de dois blocos: por um lado os “Nacionalistas” e por outro os “Entreguistas”. Tornando, assim, a cena política mais hostil ao projeto de Vargas, junto à oposição de maioria da imprensa. Este quadro político explica o fim trágico deste governo.

## **Governo Juscelino Kubitschek : Subdesenvolvimento Industrial**

Para seguir a segunda fase de industrialização da economia brasileira e iniciando a terceira, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) intensifica a tendência de dependência externa já identificada no governo anterior. A partir da base energética e da consolidação de um mercado nacional estavam dadas as condições para a criação de um parque industrial nacional apoiado no capital monopolista.

O governo JK foi marcado do ponto de vista econômico pela elaboração e implementação de um plano de metas intitulado “50 anos de progresso em 5 anos de realizações” Este plano – popularmente conhecido como plano de metas – contava com um conjunto de 30 objetivos.

Este plano de metas econômicas foi elaborado tendo como base estudos econômicos sobre a realidade brasileira encaminhados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e os da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Segundo Suely Braga da Silva”

O Plano de Metas mencionava cinco setores básicos da economia, abrangendo várias metas cada um, para os quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados. Os setores que mais recursos receberam foram energia, transporte e indústrias de base, num total de 93% dos recursos alocados. (SILVA. Disponível em [www.cpdoc.fvg.br](http://www.cpdoc.fvg.br)).

Estes objetivos buscavam, em última instância, desenvolver o que ficou incompleto no governo Vargas: as indústrias de bens de consumo duráveis e de bens intermediários. A dependência externa durante o período JK não aumenta em decorrência apenas do salto da dívida externa brasileira com os organismos internacionais, mas, sobretudo a partir da entrada do capital multinacional como sócio maior dos capitalistas brasileiros, pois:

Uma das mudanças que ocorreram no 1933-1955 e o período 1956-1967 é precisamente esta: enquanto no primeiro a implantação das indústrias de caráter monopolista se deu basicamente sobre a égide do capital estatal, no segundo este processo foi essencialmente dominado pelo capital multinacional.

(SINGER, 1984, p. 226)

Cabe ressaltar que a produção do incipiente parque industrial brasileiro agora sob coordenação do capital multinacional tinha como mercado consumidor a população brasileira, ou seja, esta etapa da industrialização tinha ainda como objetivo substituir as mercadorias anteriormente importadas dos países industrializados e para os capitalistas internacionais, acumular mediante a realização da mais-valia dentre as próprias fronteiras nacionais, embora a remessa de lucros sempre fosse do país de origem.

Podemos caracterizar que o processo de industrialização do período JK é marcado pela subordinação aos capitais internacionais como causa e efeito do seu crescimento, pois o país de fato cresceu mediante um modelo de subordinação, todavia ao crescer economicamente de maneira subordinada se tornou mais dependente ainda dos capitais internacionais. Brum (1991, p. 104) vai além “o desenvolvimentismo juscelinista é essencialmente um processo de modernização, compatível com a dependência, um processo de subdesenvolvimento industrial”

Outro objetivo traçado no plano de metas e uma decorrência política da necessidade de centralizar o poder do país, fugindo do clima de agitação social sempre presente no Rio de Janeiro foi a construção da nova capital federal, Brasília.

Mediante um endividamento público com os organismos internacionais, este empreendimento também possibilitou o crescimento do setor da construção civil, mediante vultuosas cifras repassadas aos empresários do ramo.

A política econômica do governo JK possibilitou um crescimento considerável da economia brasileira, mas por ser um modelo de desenvolvimento baseado no alto endividamento externo do país trouxe o descontrole das contas públicas. Em função de uma pressão inflacionária houve uma disputa se o governo devia seguir o modelo do plano de metas ou se adequar a políticas mais conservadoras de caráter monetarista para atacar o problema da inflação. Disputa que extrapolava o terreno das teses econômicas e ia para o conjunto da sociedade.

Do ponto de vista político, o governo de JK foi marcado pelo acordo partidário, que persistia desde o governo de Getúlio Vargas, entre o PSD e o PTB. Sendo o PSD a força amplamente majoritária no governo e ao PTB cabia novamente apenas o Ministério do Trabalho. A oposição era realizada mais uma vez pela UDN. Que tinha como arma a imprensa antigetulista, além de utilizar táticas parlamentares obstrucionistas. JK teve que conviver também com a oposição de setores das Forças Armadas, que realizaram duas revoltas: a Revolta de Jacareacanga (1956) e a Revolta de Aragarças (1959).

Apesar de o período JK ser marcado por uma relativa estabilidade política, houveram greves operárias como explica Gomes “De uma maneira muito sintética, pode-se que os anos JK não foram infensos à ocorrência de agitações na área do trabalho organizado. Houve greves que mobilizaram sindicatos fortes como os dos ferroviários, marítimos, metalúrgicos, bancários e gráficos, em algumas importantes cidades do país.”

Um ponto a ser destacado na relação entre o governo JK e o movimento dos trabalhadores foi a atuação política do vice-presidente João Goulart. Este desempenhou um papel de intermediário entre o movimento dos trabalhadores e o governo, ganhando uma

grande notoriedade pública por isso.

### **Governo João Goulart: Um Passo a Frente, Dois Atrás**

O início do governo João Goulart (1961-1964): se dá na ressaca do crescimento econômico do período anterior, pois com a recessão da economia iniciada em 1962, um surto inflacionário se generaliza pelo país. Singer (1984) aponta as causas da crise a partir do desequilíbrio no Balanço de Pagamento em função de todo endividamento externo contraído anteriormente, a pouca diversificação dos produtos exportados pelo Brasil e, sobretudo, a impossibilidade de diminuir a quantidade de importações brasileiras. Ademais o investimento realizado para a industrialização brasileira a partir dos cofres públicos trouxe um desequilíbrio no orçamento do Estado bem como impossibilitou mais injeção de capital estatal na economia para resolver a crise econômica e, por fim, a crescente luta dos trabalhadores elevou o padrão salarial dos mesmos, e agudizou a diminuição dos lucros dos capitalistas bem como estimulou a elevação dos preços das mercadorias.

Em um primeiro momento a política econômica foi marcada pela busca em conter a inflação e o impacto do crescente endividamento nas contas públicas. A idéia de João Goulart era realizar um projeto nacionalista de desenvolvimento, de conciliação de classes para desenvolver a burguesia nacional combinado com reformas sociais e concessões para os trabalhadores.

Em um primeiro momento a política econômica foi marcada pela busca em conter a inflação e o impacto do crescente endividamento nas contas públicas. O projeto de João Goulart era realizar um projeto nacionalista de desenvolvimento, mas ele só começou a tentar por em prática em 1963, depois do Plebiscito que decidiu pela volta do Presidencialismo. Neste momento foi lançado então o Plano Trienal, elaborado pelo economista Celso Furtado, sendo este um plano econômico que misturava medidas econômicas monetaristas, para combater a inflação como recomendava o FMI na época, bem como, medidas econômicas estruturalistas.

Estas medidas eram a reforma agrária, bancária, e no aparelho administrativo. Este plano foi muito criticado pela esquerda da época porque não atacava diretamente os interesses dos setores conservadores latifundiários. Era um projeto que dependia da construção de um consenso entre os setores capitalistas e os trabalhadores.

Pelas disputas citadas anteriormente Jango só consegue começar a por em prática em 1963, depois do Plebiscito que decidiu pela volta do Presidencialismo.

Neste momento foi lançado então o Plano Trienal, elaborado pelo economista Celso Furtado, sendo este um plano econômico que misturava medidas econômicas monetaristas,



para combater a inflação como recomendava o FMI na época, com medidas econômicas estruturalistas. Estas medidas eram a reforma agrária, bancária, e no aparelho administrativo.

O Plano Trienal procurava compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar as taxas de crescimento do final dos anos 50. Como reconheceu alguns setores de esquerda, o plano constituía-se num avanço em relação às teses ortodoxas dominantes, pois afirmava ser possível combater o processo inflacionário sem sacrificar o desenvolvimento. Apesar de não atribuir aos salários efeitos inflacionários, na prática o plano pedia — como o fazem todos os planos de “salvação nacional” — que os trabalhadores (novamente) apertassem os cintos, nome de benefícios que viriam a obter a médio prazo. Os tradicionais apelos à “colaboração” e ao “patriotismo” da classe trabalhadora eram reiterados pelos formuladores do plano. (TOLEDO, 1997, p.34).

Este plano foi muito criticado pela esquerda da época porque não atacava diretamente os interesses dos setores conservadores latifundiários. Era um projeto que dependia da construção de um consenso entre os setores capitalistas e os trabalhadores. As críticas começaram logo já em fevereiro de 1963.

Logo nos primeiros dias de fevereiro, o CGT difundia um manifesto em que se denunciava o “caráter reacionário” do plano de Furtado/Dantas. As críticas se aprofundaram a partir do momento em que as conseqüências da política de eliminação de subsídios ao trigo e ao petróleo começaram a ter efeitos sobre os aviltados orçamentos das classes populares. (TOLEDO, 1997, p. 34).

Durante o governo de João Goulart a esquerda e o movimento operário viveram um período de intensa agitação e disputa dos rumos do país. O fortalecimento do movimento sindical nas cidades e das esquerdas ocorreu por anos e neste período existiu uma idéia que já havia chegado a hora do confronto. Neste período temos também o fortalecimento do movimento camponês, sobretudo no Nordeste, com a atuação das Ligas Camponesas dirigidas por Francisco Julião. A política passou a comportar a atuação de setores mais amplos da sociedade, como escreve Caio Navarro Toledo.

Não obstante as divergências de interpretação, as esquerdas concordam em geral, que, nos poucos meses da administração de Goulart, verificou-se — para profundo desagrado de liberais e conservadores — um avanço político e ideológico das classes populares e trabalhadoras sem precedentes da história social brasileira. A política começa a deixar de ser o privilégio do governo e do Parlamento para alcançar, de forma intensa, a fábrica, o campo, o quartel e as ruas. (TOLEDO, p. 32).

O quadro político era polarizado e contraditório. Se por um lado depois da crise da “Legalidade”, tivemos um presidente do PTB conhecido por ser nacionalista e reformista. Este mesmo, João Goulart, sob ao poder com o regime parlamentarista e com essa justificativa aplica uma política de “conciliação” formando um governo com o PSD. Neste

período a polarização em torno do debate das reformas de Base dividiu o espectro político em dois blocos antagônicos. Um bloco “pró-reformas” formado pela esquerda (PTB, PCB) e pelos movimentos sociais (CGT, UNE, Ligas Camponesas, etc.) e outro bloco político que articulava desde setores civis e militares que já articulavam o golpe de estado que originou a Ditadura Militar.

A gota d’água que faz transbordar a reação dos conspiradores foi o comício realizado no dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil no Rio de Janeiro, em que o presidente da República João Goulart. Pressionado pelas esquerdas, decide abandonar sua posição oficial aparentemente indefinida e optar declaradamente pela implantação imediata pelas reformas preconizadas, através de decretos do executivo e de projetos a serem encaminhados ao Congresso Nacional. O governo ao declarar publicamente sua opção, de certo modo formaliza o confronto aberto com as forças conservadoras. (BRUM, 1991, p. 140-141).

Este período da história brasileira é bastante discutido, emanando hipóteses de historiadores, sociólogos, militantes relevantes e necessárias para compreender a ante-sala do golpe militar. Entretanto, o que podemos ter certeza é que o grau atingido de dependência econômica brasileira aos capitais internacionais e os organismos de crédito internacional se converteu em dominação política.

Creio que o fulcro da problemática política instaurada naquele período e resolvida em 1964 pode ser resumida nos seguintes termos: um novo padrão de acumulação, contraditório com o modelo de crescimento econômico até então em vigor, instalara-se nailharga do sistema econômico e passara a cobrar os seus direitos de cidadania política, com tal insistência que já não era mais possível ao Estado e aos demais interessados na questão, continuar protelando, à custa de sucessivos compromissos e das mais disparatadas acomodações, a decisão fundamental a ser tomada quanto a quem confiar o desempenho do papel hegemônico no interior do bloco do poder: se à coalizão nacional-populista, via implementação das reformas de base e radicalização da luta anti-imperialista; ou a coalizão internacional-modernizadora, via golpe de Estado e destruição do aparato nacional-populista. (MARTINS, 1977, 203)

Ingênuos aqueles que acreditaram que a burguesia brasileira seria aliada para as reformas democrático-burguesas, pois não viram que a condição desta como sócia menor dos capitais multinacionais, levou estes mesmos a barrar – de qualquer forma – o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro de forma independente. Usando até mesmo “a ponta do fuzil” para mais uma vez aprofundar a dependência e a subserviência do Brasil aos interesses imperialistas dos EUA.

O regime militar instalado promoveria a chamada “modernização conservadora”, excluindo da cena política e social as classes trabalhadoras e populares, pondo fim a uma experiência de democracia política populista considerada intolerável para as classes dominantes brasileiras. Nada de muito surpreendente na história política de um país cuja a burguesia tem revelado pouco empenho na permanência e ampliação de uma ordem política democrática que possa favorecer as lutas sociais dos trabalhadores

e dos setores populares. (TOLEDO,1997, p. 44).

Este período da história brasileira é bastante discutido, emanando hipóteses de historiadores, sociólogos, militantes relevantes e necessárias para compreender a ante-sala do golpe militar. Entretanto, o que podemos ter certeza é que o grau atingido de dependência econômica brasileira aos capitais internacionais e os organismos de crédito internacional se converteu em dominação política. Ingênuos aqueles que acreditaram que a burguesia brasileira seria aliada para as reformas democrático-burguesas, pois não viram que a condição desta como sócia menor dos capitais multinacionais, levou estes mesmos a barrar – de qualquer forma – o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro de forma independente. Usando até mesmo “a ponta do fuzil” para mais uma vez aprofundar a dependência e a subserviência do Brasil aos interesses imperialistas dos EUA. Isto em um quadro em que a chamada “modernização conservadora” trouxe crescimento econômico e também um certo engrandecimento do Brasil no cenário internacional, inclusive no sentido de durante os anos 1970, os governos da Ditadura brasileira esboçaram uma política externa que entrou em pontos de conflito com os interesses políticos dos EUA.. Porém o centro foi manter a esquerda longe do poder no Brasil e no resto da América Latina sendo assim o Brasil cumpriu um grande papel de cooperador do Imperialismo americano.

### **Considerações Finais**

O período abarcado pelos três governos analisados demonstra que existiu um processo de desenvolvimento capitalista dependente que buscava modernizar o país. Esta modernização passou pelo investimento na indústria nacional, sobretudo em setores estratégicos. Existiu a preocupação de que deste crescimento da economia surgisse um mercado interno nacional. Devido a isso os trabalhadores são alçados ao cenário político, apoiando governos, políticos e construindo os seus sindicatos. Este projeto nacional não contava com o apoio de todos setores econômicos dominantes no país. Devido a isso, nesse período ocorre a divisão do espectro político entre setores à esquerda que defendem este processo de desenvolvimento nacional e setores à direita que apóiam um outro tipo de inserção do país no cenário internacional. Estes defendiam maior liberdade para os seus negócios e maiores vantagens para a entrada de capitais externos.

Entre períodos de maior estabilidade como o governo JK ou de intensa polarização da superestrutura política, como o governo de João Goulart a disputa em torno de como o Brasil deveria tocar o seu processo de desenvolvimento envolveu setores políticos distintos durante todo este período. No governo de João Goulart, o PSD que tinha um projeto mais de centro foi eclipsado pelo antagonismo entre os projetos de esquerda do PTB e a fúria golpista da UDN e de seus pares militares e civis. Esta disputa chegou no limite, não existia

a possibilidade deste jogo político de instabilidade prosseguir. O Golpe de 1964, certamente influenciado pelos novos contornos da política internacional pós-Revolução Cubana, acabou com este processo político. Com a Ditadura Militar de fato o Brasil colocava fim a possibilidade de um desenvolvimento econômico que não passasse pelo caminho da dependência econômica e política dos países centrais do capitalismo. A direita civil militar brasileira decidiu não só pela derrota política, mas também física de seus oponentes. A partir do golpe civil militar de Abril de 1964 começou um regime que implementou uma “modernização conservadora” como forma de seguir a industrialização sem participação política dos trabalhadores.

### Referências

- BANDEIRA, MONIZ. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BRUM, Argemiro. O Desenvolvimento econômico brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FAUSTO, Boris. Getúlio Vargas: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, Ângela de Castro. O movimento sindical urbano In: Os anos JK. Navegando na História. Disponível em [www.cpdoc.fvg.br](http://www.cpdoc.fvg.br). Acesso em 01 de julho de 2009.
- MARTINS, Carlos Estevam. Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- SILVA, Suely Braga da. 50 anos em 5: a odisséia desenvolvimentista do Plano de Metas. In: Os anos JK. Navegando na História. Disponível em [www.cpdoc.fvg.br](http://www.cpdoc.fvg.br). Acesso em 01 de julho de 2009
- SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica do desenvolvimento. In: Fausto, Boris. Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. 4 vol. Economia e Cultura (1930-1964). São Paulo: Difel, 1984.
- TOLEDO, Caio Navarro (Org). 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- VIZENTINI, P. G. F. Do Nacional-Desenvolvimentismo a Política Externa Independente. In:\_\_\_ DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática. V.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.